

Apresentação

InSURgência e luta de classes

Não há outra avaliação possível: uma sociedade dividida em classes é marcada pela luta travada por estas mesmas classes para garantir sua reprodução e fazer valer seu projeto societal. Nada mais pertinente que considerar isto na seara da produção intelectual comprometida com uma destas classes e com suas organizações populares. Daí fazer todo o sentido um dossiê dedicado ao horizonte da luta, no contexto de nosso Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), em um ano tão conturbado – leia-se: marcado pela luta de classes – como o de 2016.

O dossiê que esta edição da *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais* apresenta tem por título “Direito e marxismo: método, ontologia e práxis” e foi organizado por Ricardo Prestes Pazello (UFPR) e Moisés Alves Soares (UNISOCIESC). Trata-se de abertura para temática tão necessária de ser visualizada, por realizar esforço de estudo rigoroso a respeito da realidade social do direito, em sua essência, apontando para as tarefas político-jurídicas de nosso tempo. O rigor do método materialista-histórico se apresenta como resgate imprescindível, que colabora enormemente para o coletivo de pesquisadoras e pesquisadores que integram o IPDMS. Este método, por seu turno, encaminha para a compreensão do que há de mais essencial quanto ao fenômeno jurídico – portanto, de sua ontologia, que, apesar de histórica, existe sem dúvida alguma. Invariavelmente atrelada às relações sociais do capital, a forma jurídica admite no máximo usos táticos, práxis jurídica insurgente de suporte a movimentos sociais. Entretanto, não há possibilidade de apostas na forma jurídica, horizonte este vedado devido ao atrelamento fundamental que a mesma possui com a circulação de mercadorias. Esperamos, assim, que as contribuições aqui apresentadas – o rigor do método, a compreensão

da ontologia do direito e a práxis requisitada a partir deste contexto – ressoem e que nosso Instituto tenha, dentro de sua pluralidade, o reconhecimento de que a perspectiva marxista para o direito é um dos pontos nevrálgicos para que a crítica jurídica possa de fato avançar, saindo das encruzilhadas nas quais se meteu.

Para concretizar tais contribuições, o presente dossiê – que tem por capa um cartaz que expressa a luta de um dos mais importantes movimentos populares da atualidade brasileira, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a partir de sua organização no Paraná – traz doze artigos que atacam os três problemas centrais enfrentados pelo Grupo Temático (GT) Direito e Marxismo do IPDMS, entre 2012 e 2016. O debate a respeito do método traz relevante contribuição do filósofo do direito húngaro, Csaba Varga, assim como textos de Ricardo Prestes Pazello, Jonnas Vasconcelos e Flávio Roberto Batista. A dimensão metódica da discussão carrega consigo, como não poderia ser diferente, as demais questões que o dossiê abriga. A compreensão sobre a ontologia do fenômeno jurídico, especialmente a partir de Pachukanis mas também de Marx ou Lukács, reverbera nos textos de Ana Lia Almeida, Vitor Sartori, Marcel Soares de Souza, Mozart Silvano Pereira e do russo Ivan Ivanovitch Makeev. Uma referência à parte merece ser dada ao texto de Moisés Alves Soares, o qual resgata a figura de Roberto Lyra Filho, que em 2016 tem a coincidente efeméride de seus 90 anos de nascimento e 30 anos de falecimento. O resgate crítico do pensamento de Lyra Filho introduz a dimensão da práxis que a relação entre direito e marxismo induz, o que se observa nos textos de Silvia Alapanian e Luiz Otávio Ribas.

Para além de os artigos do dossiê, a presente edição traz a seção “Em defesa da pesquisa”, com textos de temas livres, que traz à tona um artigo inédito de pertinente conteúdo sobre a Constituição de 1988, escrito pelo teórico marxista da dependência, Ruy Mauro Marini. Além disso, uma contribuição de Luisa Maria Nunes de Moura e Silva sobre a metodologia da análise dependentista, bem como o estudo de Karen Daniele de Araújo Pimentel e Letícia Veloso Martineli a respeito de uma comunidade tradicional em espaço urbano.

Em sintonia com o tema do dossiê, nas demais seções da revista são publicados textos que oportunizam acesso a fontes e reflexões mais livres sobre direito e marxismo. Na seção “Diálogos insurgentes”, é Ricardo Antunes o entrevistado, falando sobre a conjuntura política das esquerdas brasileiras, o lugar do direito na pesquisa marxista e a preocupação teórica com o debate ontológico desde o marxismo. Já na seção “Temas geradores”, dedicada a verbetes, aparecem reflexões sobre a leitura pachukaniana de Hauriou, da pena do filósofo do direito norueguês-canadense Bjarne Melkevik; a relação entre Lênin e o direito, de Pedro Pompeo Pistelli Ferreira; e o debate sobre a advocacia popular trabalhista, de Guilherme Cavicchioli Uchimura.

Na seção “Práxis de libertação”, onde há resgate de documentos históricos dos movimentos sociais, sete preciosas fontes são publicadas. O primeiro dos documentos aqui apresentados é o *Projeto da Constituição da República Comunista do Brasil*, elaborada na década de 1930 pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), nome oficial à época, e que representou, segundo seus críticos e persecutores (dentre os quais a polícia política getulista), a exposição de uma das vertentes mais críticas e à esquerda da organização. De 1966 é o segundo documento, o *Programa dos 10 pontos dos Panteras Negras* redigido por Huey Newton e Bobby Seale, nos Estados Unidos da América do Norte, por ocasião da fundação do Partido dos Panteras Negras de Autodefesa, uma das organizações negras mais reconhecidas do ocidente, e que teve forte influência marxista-fanoniana. Já o *Programa da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP)*, de 1972, representa um manifesto que buscava aglutinar aos guerrilheiros do Araguaia as massas camponesas e tradicionais da região, para fins de auxílio e propaganda à luta armada no contexto da ditadura brasileira, sendo, portanto, um documento representativo de uma organização que pretendeu operar como frente de massas, distinguindo-se do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que efetivamente orientava as ações da guerrilha e que fomentou a ULDP. Também relativo à experiência de luta armada em situação de autoritarismo, o *Estatuto das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, Ejército del Pueblo (FARC-EP)*, de 1978 e atualizado pela terceira vez em 2007, é exemplar no

que tange à estrutura de regulamentação interna de um grupo revolucionário, o qual, aliás, causa tanta polêmica e que teve tanto destaque no ano de 2016 por conta das tratativas frustradas de um acordo de paz na Colômbia. Dentre os documentos mais recentes, o primeiro é o manifesto *A mulher mapuche e seu compromisso com a luta de seu povo*, redigido em 2003, pela organização mapuche Meli Wixan Mapu, do Chile, em que a luta das mulheres aparece em destaque, em meio à especificidade da questão cultural e territorial indígena. Por sua vez, a Plataforma Operária e Camponesa da Energia, em 2014, elaborou suas *Propostas para um projeto energético popular*, que expressa um conjunto de apontamentos práticos de setor significativo das esquerdas marxistas brasileiras, as que apostam em um projeto popular para o Brasil. Por fim, a *Declaração final do Encontro Hemisférico Derrota da ALCA, 10 anos depois*, assinada em Havana, em 2015, por uma grande variedade de movimentos populares da América Latina, ganha grande atualidade, em tempos de aberta regressão no continente, quanto aos chamados governos progressistas e suas políticas inclusivas, por obra do imperialismo. Assim, os documentos aqui reunidos expressam, em maior ou menor medida, os impactos do debate marxista sobre os movimentos populares e suas concepções de justiça, renovando a interpretação sobre a luta de classes e incorporando nela debates como os de projeto nacional de poder, antirracismo, povo como expressão de classe, autodefesa e auto-organização, feminismo e luta indígena, aliança operário-camponesa e anti-imperialismo.

A revista ainda reserva espaço para textos artísticos, na seção “Poéticas políticas”, que neste número conta com expressões lúdicas em quatro áreas distintas: uma tirinha de Laerte, a partir do mote clássico da organização política marxista – “proletários de todo o mundo, unidos!”; as artes plásticas de Diego Kern Lopes, representando uma instigante e provocativa perspectiva sobre o antagonismo em desenho materialista-geométrico-político; um poema de Maria Tereza Queiroz Carvalho Carvalho, que enfoca o modo de vida sertanejo; e, por fim, a mostra de fotografias de Giorgia Prates, tematizando, em seis cliques, a disputa de consciências e a busca por transformação no contexto das lutas sociais do povo brasileiro.

A última seção, “Caderno de retorno”, guarda a iniciativa de resenhar recentes publicações do cenário editorial brasileiro, incluindo o clássico livro de Bernard Edelman sobre a legalização da classe operária, comentado por Caio Henrique Amaro; a coletânea organizada por Marcos del Roio, Anderson Deo e Antonio Carlos Mazzeo, sobre Lênin, interpretada por Pedro Pompeo Pistelli Ferreira; a compilação de textos de José Ricardo Menacho, circunscrevendo obra de sensibilidade e conversação, apresentada na resenha de Luciana Stephani Silva locca; e a obra de Franz Hinkelammert, que relaciona e opõe mercado e direitos humanos, resenhada por Luana de Freitas Vignola.

Na árdua tarefa da disputa das idéias, a partir de uma construção de conhecimento referenciada nas classes populares e trabalhadoras, ainda mais em tempos de avanço neoliberal e desestabilização institucional, como é a pela qual o Brasil passa, uma tentativa, ainda que estruturalmente modesta mas politicamente arrojada, se faz premente e, cremos, que está consubstanciada na presente edição.

Fora Temer!

Alerta! Alerta! Alerta aos fascistas! A América Latina será toda socialista!

Alexandre Bernardino Costa

Editor-chefe

Assis da Costa Oliveira

Diego Augusto Diehl

Talita Tatiana Dias Rampin

Comitê Editorial

Moisés Alves Soares

Ricardo Prestes Pazello

Coordenadores do Dossiê